



## COVID-19: Respostas da OCDE

Como informamos nas edições extraordinárias do Boletim no mês de março, em função do agravamento da crise sanitária nos países membros e parceiros, a agenda e os métodos de trabalho da organização sofreram alterações desde o final do mês de fevereiro, com cancelamento ou adiamento de reuniões, postergação de várias missões do secretariado aos países, e ampliação de recurso a reuniões e consultas virtuais para dar tratamento a questões consideradas prioritárias. Sem perspectivas de quando tempo durarão as medidas de confinamento, a intenção do secretariado é privilegiar, durante o período atividades que dispensem realização de missões e análises *in locus*, com a conseqüente redução da ênfase em estudos sobre países, de modo que os funcionários dediquem-se, sobretudo, às análises e estudos necessários ao enfrentamento da pandemia. Nesse contexto, as avaliações dos *economic surveys*, por exemplo, foram postergadas, ainda sem data prevista para sua realização, incluindo o *economic survey* do Brasil, cujo exame estava previsto para abril deste ano

A pandemia COVID-19 também terá impacto grande sobre o programa de trabalho dos diferentes Comitês e áreas de trabalho da OCDE. Desde o início de março, a OCDE iniciou amplo levantamento das medidas que vêm sendo adotadas pelos membros e por parceiros estratégicos como o Brasil em resposta inicial à crise, nas mais diferentes áreas de competência da organização. Os perfis dos países estão disponíveis no endereço eletrônico <https://www.oecd.org/coronavirus/fr/#country-profiles>.

A OCDE também reuniu no Hub *on line* dedicado à COVID-19 (*Tackling COVID-19. Contributing to a Global effort* - <http://www.oecd.org/coronavirus/en/#key-impacts>) uma série de estudos curtos (*policy briefs*) com análises iniciais sobre o impacto da crise em diversos setores e sugestões de linhas de ação para respostas imediatas, dentre as quais se incluem:

- *Evaluating the initial impact of COVID containment measures on economic activity*
- *Beyond Containment: Health systems responses to COVID-19 in the OECD*
- *Flattening the COVID-19 peak: Containment and mitigation policies*
- *Education responses to COVID-19 crisis: embracing digital learning and online collaboration*
- *COVID-19 and SME policy responses to COVID-19*
- *Supporting people and companies to deal with the COVID-19 virus*

- *Women at the Core of the Fight against COVID-19*
- *COVID-19 Cities Policy Responses*
- *Tax Administration Responses to COVID: business continuity considerations*
- *Tax Administration Responses: support to tax payers*
- *Implication of the COVID-19 crisis on cross border workers and related matters*
- *Analysis of Tax Treaties and the impact of the COVID-19*
- *Global Financial Markets and policies responses to COVID*
- *Public Debt Management Responses*
- *Financial Consumer Protection. Responses to COVID-19*
- *Tax in time of COVID*
- *COVID-19: Tourism policy Responses*
- *Emergency Tax Policy*
- *Learning remotely when schools close: How well are students and schools prepared? Insights from PISA*
- *A framework to guide an education response to the COVID-19 Pandemic of 2020*
- *The territorial impact of COVID-19: managing the crisis across levels of government*
- *From containment to recovery: Environmental responses to the COVID-19 pandemic*

Outros estudos estão em via de elaboração e devem ser publicados em breve, incluindo nas áreas de ciência e tecnologia, comércio e economia digital. Novas análises, bem como atualizações das informações sobre as medidas adotadas pelos países estão sendo publicadas periodicamente no Hub mencionado acima. Além disso, o Centro de Desenvolvimento vem publicando textos em seu [blog](#) sobre o impacto da COVID-19 sobre países em desenvolvimento, populações vulneráveis e fluxos migratórios.

O impacto da COVID-19 também deverá ser abordado, seja de maneira específica, seja de maneira horizontal, nos programas de trabalho do próximo biênio dos diferentes comitês, atualmente em discussão. Com essa preocupação, vários Comitês têm organizado discussões *on line* para identificar aspectos prioritários de interesse dos membros. O Secretário Geral da OCDE, por sua vez, tem defendido a importância de que os trabalhos da organização contribuam para orientar estratégias de saída da crise, com vistas a facilitar a retomada do funcionamento normal da economia dos países.

As avaliações iniciais da OCDE é de que, dependendo da duração das medidas de confinamento

adotadas na maioria dos países para conter a disseminação do vírus, o impacto sobre a economia mundial será sem precedentes. As estimativas iniciais da OCDE apontam para uma redução de pelo menos 1.5% do PIB mundial em 2020, com perspectiva de queda de dois pontos percentuais nas economias nacionais para cada mês de confinamento. Em alguns setores como turismo, entretenimento, construção não essencial, manufaturas (bens não essenciais) e energia, o impacto pode ser ainda maior. Há riscos, ainda, de perturbações estruturais importantes de cadeias de suprimento e fluxos financeiros internacionais. A OCDE tem insistido, nesse contexto, na importância de evitar que as medidas emergenciais adotadas, em termos de apoio à indústria doméstica e restrições ao comércio, criem distorções adicionais que dificultem ainda mais a recuperação da economia.

Ênfase particular, nesse contexto, será dada nos próximos meses, à necessidade de aprofundar o intercâmbio e a cooperação internacional a fim de assegurar uma transição suave à normalidade. Nas suas manifestações sobre o assunto, o SG tem insistido na importância de um novo “Plano Marshall” para assegurar uma pronta reconstrução da economia mundial, em bases inclusivas e solidárias.

Embora em teletrabalho, minha equipe tem acompanhado as atividades da OCDE e demais organizações econômicas em Paris, todas também em regime de teletrabalho e reuniões virtuais, atenta aos elementos que contribuam para a elaboração das medidas de reação à crise gerada pela pandemia. As discussões sobre o tema, na expectativa de que os debates na sociedade contribuam para que o país saia mais forte dessa crise. Também continuaremos atentos ao andamento dos temas correntes de interesse imediato do Brasil

Cuidem-se todos e até breve!

## **Direito do Consumidor**

### **Nova recomendação da OCDE sobre segurança de produtos de consumo**

Em reunião virtual no dia 02/4, o Comitê de Políticas ao Consumidor (CCP) aprovou texto de nova recomendação sobre segurança de produtos de consumo, que irá atualizar e substituir os seis instrumentos legais da OCDE sobre o tema adotadas nas décadas de 1970 e 1980.

O processo de elaboração da nova normativa foi conduzido, desde 2018, no âmbito do GT sobre Segurança de Produtos de Consumo (WPCPS), instância vinculada ao CCP, tendo o Brasil participado ativamente do grupo informal de redação. O GT concluiu a atualização e consolidação do texto legal durante reunião virtual preparatória para o CCP, em 30/3, da qual participou e interveio em nome do Brasil o presidente do INMETRO, Marcos Heleno Oliveira. Em sua intervenção na reunião do CCP, o secretário Nacional de Consumidor, Luciano Timm, destacou a importância da nova normativa, indicando o interesse do Brasil em aderir ao instrumento no momento de sua aprovação pelo Conselho da OCDE.

A fim de facilitar a implementação do novo instrumento, está em discussão um guia interpretativo. Um primeiro conjunto de definições comuns que orientarão a aplicação da norma foi aprovado pelo WPCPS e CCP. A lista inclui termos como "businesses", "products", "product's lifetime", "recall" e "unsafe products". Vale assinalar que esse documento não fará parte do referido instrumento legal (não integrando, portanto, o “acquis” da OCDE) e será adotado apenas no âmbito do CCP.

## Governança

### Revisão da governança de empresas estatais do Brasil

O Grupo de Trabalho sobre Propriedade do Estado e Práticas de Privatizações (WPSOPP, na sigla em inglês) realizou, em 11/3, a primeira rodada de discussões sobre a revisão das políticas e práticas brasileiras da governança de empresas estatais realizada pela OCDE com o apoio do *Prosperity Fund* britânico. Na ocasião, o secretário Amaro Gomes, responsável pela coordenação e governança de estatais no Ministério da Economia (SEST/ME), realizou apresentação sobre o quadro geral da governança de estatais no país, destacando que a entrada em vigor da 'Lei das Estatais' (Lei n. 13.303/2016) e a adoção de variadas medidas no atual governo permitiu que as normas e práticas brasileiras estivessem alinhadas com as diretrizes da OCDE para a área. A avaliação inicial dos membros sobre as políticas brasileiras nessa primeira fase do processo foi bastante positiva. O exercício de revisão seguirá ao longo desse ano, com nova rodada de informações a serem enviadas pelo governo brasileiro e uma segunda missão técnica prevista para setembro. O relatório final, incluindo lista de conclusões e recomendações da OCDE ao Brasil, será discutido e aprovado na reunião de outubro WPSOPP.

### Reunião da Rede de Informal de Pontos de Contato Nacional

Representantes da SEGOV da Presidência da República participaram no último dia 31 de março da 19ª Reunião da Rede Informal de Pontos de Contato Nacionais para Coerência de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (PCSD). Na ocasião, os delegados iniciaram discussões para elaboração de diretrizes (*Guidance Notes*) para orientar a implementação da nova Recomendação da OCDE sobre Coerência de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (PCSD), aprovada em dezembro de 2019. A expectativa é de que o documento em elaboração reúna sugestões e exemplos de boas práticas adotadas pelos diferentes países nas 8 grandes áreas cobertas pela Recomendação, a fim de apoiar seus membros a traduzirem o compromisso com os ODS em ações concretas, envolvendo interação de todas as áreas do governo (*whole-of-government approach*). Também foram discutida, na reunião as perspectivas para implementação do Hub sobre Governança dos ODS, lançado pela OCDE no ano passado em parceria com o PNUD para apoiar os países na implementação da Agenda 2030.

Na reunião, foi ressaltado, igualmente, o interesse em contar com o apoio da OCDE para orientar os países a melhor alinharem as respectivas estratégias sobre ODS aos esforços nacionais de combate ao COVID-19. Na visão de muitos participantes, reforçar a governança para os ODS e, de maneira mais ampla, a coerência da ação governamental, tanto no âmbito interno, quanto no plano internacional, será chave para amenizar os efeitos da crise. Com vistas a orientar o trabalho futuro da OCDE nessa área, foi solicitado que os países compartilhassem informações sobre as ações iniciais adotadas pelos países no contexto da crise e medidas que estão sendo pensadas, que coloquem em relevo os princípios de PCSD.

## Temas econômicos e financeiros

### Processo de adesão do Brasil aos Códigos de Liberalização de Movimentos de Capitais e Intangíveis da OCDE

Em função do cancelamento da reunião de março do Comitê de Investimentos, o exame do relatório final do secretariado sobre o pedido de adesão do Brasil aos Códigos de Liberalização da OCDE não pôde se realizar como previsto. Aguarda-se, no momento uma definição dos membros sobre as próximas etapas do exame do país, que poderá ser convertida em avaliação por procedimento escrito. A fim de subsidiar as discussões, o Brasil encaminhou, no último dia 31 de março, nota com comentários e observações adicionais sobre as questões levantadas pelos delegados em reuniões anteriores.

## Conduta Empresarial Responsável

O Brasil participou, entre fevereiro e março, do Fórum sobre Devida Diligência nos Setores de Têxteis e de Calçados e da reunião do Grupo de Trabalho sobre Conduta Empresarial responsável, que foi uma das últimas reuniões presenciais da OCDE. Como de praxe, o Fórum reuniu representantes governamentais, empresarias, sindicais e da sociedade civil para discutir os desafios particulares de promover sustentabilidade e cadeias de produção responsável em um contexto de crescente tensão comercial e digitalização da economia. ABIT e ABVTEX participaram ativamente das discussões no Fórum. Houve destaque especial para políticas públicas de combate à utilização de mão de obra em condição análoga à escravidão e para o papel das empresas em fiscalizar suas cadeias de suprimentos. O Fórum foi precedido de reunião informal de representantes governamentais para intercâmbio de boas práticas no setor. O Brasil comentou na ocasião a experiência com o programa da ABVTEX para certificação de melhores práticas no combate ao trabalho escravo e análogo e na promoção do desenvolvimento sustentável na cadeia varejista do setor da moda.

Nos dias 3 a 6 de março, o Grupo de Trabalho sobre Conduta Empresarial Responsável (RBC) se reuniu para acompanhamento da aplicação, nos respectivos países, das Diretrizes para Empresas Multinacionais e das atividades dos Pontos de Contato Nacionais sobre RBC (PCN). Refletindo a prioridade crescente dada pelo Grupo a medidas de implementação, aprovou-se questionário para avaliação da eficácia das cinco recomendações de “due diligence” da área de conduta empresarial responsável. Também foi aprovada declaração condenando pressões indevidas contra PCNs. Na ocasião, foi realizada, ainda, reunião da Rede de Pontos de Contato Nacionais da América Latina, com vistas ao acompanhamento da evolução do projeto “Conduta Empresarial Responsável na América Latina e no Caribe” (Projeto CERALC), implementado pela OCDE em parceria com a OIT e com o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (OHCHR), com financiamento da União Europeia, que tem o objetivo de fortalecer as políticas e iniciativas nessa área adotadas pelos países da região.

## Horizontal Project “Building an OECD Housing Strategy”

A OCDE promoveu, em 26 de fevereiro, nova reunião do Grupo Diretor do projeto horizontal da organização “Construindo uma estratégia da OCDE para habitação”, que tem por escopo contribuir para o aperfeiçoamento dos instrumentos e políticas nacionais para favorecer investimentos e financiamento habitacional, tendo em vista o impacto do setor para o desenvolvimento da economia e do bem estar das populações. A expectativa da OCDE é de propor um quadro regulatório e indicadores para apoiar os governos a desenvolver o setor habitacional com melhoria na qualidade da moradia, acessibilidade dos preços, acesso aos serviços públicos, eficiência do mercado de trabalho, resiliência econômica, redução da pobreza e acesso a serviços de saneamento básico. O Brasil tem participado do projeto nos diversos comitês que têm discutido o tema de habitação.

## Comércio e agricultura

### GT do Comitê de Comércio

No dia 12.03, o Brasil participou de reunião presencial do Grupo de Trabalho do Comitê de Comércio. Discutiram-se, entre outros, maneiras pelas quais a OCDE poderia contribuir para explorar os efeitos da economia digital, especialmente da inteligência artificial, nos fluxos comerciais. Destaque também para estudo de caso de países selecionados, que inclui o Brasil, sobre as relações de causalidade entre comércio, emprego e salário.

### Mercados agrícolas

Nos dias 17-18.03, o Brasil acompanhou as discussões virtuais do Grupo de Trabalho sobre Políticas e Mercados Agrícolas (APM), com destaque para as discussões em curso sobre estudo, em fase de elaboração pela OCDE, sobre sistemas alimentares. O Brasil tem defendido que a análise sobre o tema seja equilibrada, levando em conta fatores nutricionais e de sustentabilidade ambiental, mas também sociais, com atenção às particularidades de cada sistema, em especial a pecuária e seu papel para agricultores de países em desenvolvimento.

## Turismo

### Impacto da pandemia COVID-19 sobre o turismo

O Brasil participou no início de abril de reunião virtual do Comitê de Turismo da OCDE. Além de discussões sobre o Programa de Trabalho e Orçamento do Comitê, houve discussão dedicada sobre os efeitos da pandemia COVID-19 sobre o setor de turismo, um dos mais afetados pelas estratégias de combate à doença. A OCDE terá papel importante na disseminação das políticas adotadas em reação à crise e coleta de dados para melhor orientar as respostas dos países. No entender da maioria das delegações, a cooperação internacional será fundamental.

## Ciência, tecnologia e inovação

### Comitê de Políticas Científicas e Tecnológicas

Entre os dias 1-3 de abril, o Brasil participou de reunião virtual do Comitê de Políticas Científicas e Tecnológicas da OCDE (CSTP). O Comitê promoveu discussão sobre o impacto da pandemia COVID-19 sobre a pesquisa científica e, inversamente, sobre a importância dos sistemas científicos para enfrentar crises e pandemias. Além dos temas sobre a COVID-19, que foi objeto igualmente de workshop específico, com foco na contribuição da área de ciência, tecnologia e inovação para superação de emergências sanitárias, houve discussões sobre o Programa de Trabalho e Orçamento de 2021/22 e discussão sobre a revisão das recomendações da OCDE sobre (i) acesso a dados de pesquisas financiadas com recursos públicos e (ii) cooperação internacional. O Brasil vem participando ativamente de ambos os processos de revisão.

### Lançamento do Observatório de Inteligência Artificial

A OCDE lançou, no dia 27 de fevereiro, observatório que permitirá reunir dados e informações para

facilitar a implementação dos princípios da organização sobre Inteligência Artificial. O observatório também permitirá compilar exemplos de boas práticas e inovações nessa área, a fim de orientar o aperfeiçoamento das políticas dos países O sítio eletrônico do observatório pode ser acessado [aqui](#).

## Emprego

### OECD Employment Outlook

O Grupo de Trabalho sobre Emprego da OCDE reuniu-se, virtualmente, no dia 3 de abril, para discutir a minuta do “OECD Employment Outlook 2020”, próxima edição do estudo anual da OCDE sobre tendências do mercado de trabalho dos países-membros da Organização. Tendo como tema central a situação dos empregos de qualificação média, o estudo deverá incluir capítulo sobre os impactos da pandemia COVID-19 no mercado de trabalho e a eficácia das políticas públicas adotadas para proteção do emprego e da renda. A versão final do estudo deverá ser publicada em junho de 2020.

## Meio ambiente

### Mudança do clima

Realizou-se, nos dias 31 de março e 1 de abril, por plataforma eletrônica, o Fórum Global sobre Meio Ambiente e Mudança do Clima. Organizado pela OCDE e pela Agência Internacional de Energia (AIE) o evento reuniu especialistas em mudança do clima de governos, academia e sociedade civil, para intercâmbio aberto de ideias sobre formas de avançar a implementação do Acordo de Paris. Tendo em vista os temas que deverão ser incluídos na agenda a COP-26, a realizar-se em Glasgow, Escócia, em data ainda a ser definida em função da evolução da Crise do COVID 19, os participantes dedicaram-se à discussão dos formatos para o relato de informações sobre o rastreamento dos progressos realizados na implementação das Contribuições Determinadas Nacionalmente (NDCs) (formatos tabulares comuns (CTFs)), e compartilharam informações sobre estratégias de desenvolvimento de longo prazo para baixas emissões (LT-LEDS).

## Ampliação da OCDE

### Processo de acesso da Costa Rica

Foi concluído no final de março, a etapa de exame técnico do pedido de acesso da Costa Rica à OCDE nos 22 Comitês incluídos no “roadmap” do país. Os dois últimos comitês a se pronunciarem, em reunião virtual e procedimento de aprovação por escrito, devido às medidas de confinamento em resposta à pandemia COVID-19, foram o GT Antissuborno e o Comitê de Revisão Econômica e de Desenvolvimento (EDRC), que tradicionalmente conclui o processo no nível dos comitês. Após a apreciação pelo Comitê Executivo da OCDE, o pedido deverá ser elevado à aprovação final do Conselho.

## Relações Parlamentares

### Reunião da Rede Parlamentar da OCDE

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, acompanhado pelos deputados federais

Marcos Pereira, Elmar Nascimento e Pedro Paulo, participou no dia 25/2, da reunião da Rede Parlamentar da OCDE. Na ocasião, os parlamentares brasileiros tiveram a oportunidade de acompanhar os debates sobre o panorama econômico global, com a economista-chefe da organização, Laurence Boone, e a relação entre o programa de avaliação educacional PISA e o futuro do trabalho, com o diretor de educação e habilidades, Andreas Schleicher da OCDE.

Durante sua estadia em Paris, a comitiva foi recebida pelo secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, quando puderam discorrer sobre o engajamento do Brasil com a organização e as diferentes formas que o parlamento brasileiro poderia contribuir para o estreitamento dessa relação. Dado o interesse manifestado pelo deputado Rodrigo Maia em conhecer mais sobre os trabalhos da OCDE na área de gestão territorial e de municípios, foi organizado encontro à parte do parlamentar com o Diretor Adjunto do Centro de Empreendedorismo, Pequenas e Médias Empresas, Regiões e Cidades (CFE), Joaquim Oliveira Martins, para tratar das principais conclusões de estudos sobre modelos de gestão e associação de municípios nos países membros e parceiros.

## **Orientações para as Reuniões Virtuais da OCDE**

Via de regra, as reuniões virtuais da OCDE estão sendo realizadas através da plataforma zoom. Na qualidade de *key partner* da OCDE e *associated* ou *participant* de vários comitês, o Brasil tem sido convidado a participar de vários desses encontros. A participação se dá, em geral, mediante pré-inscrição junto ao secretariado que providenciará o envio do link ou dos códigos de acesso para a participação no encontro, assim como senha respectiva, quando for o caso. Em alguns casos, têm sido estabelecidos limites de participação por delegação. A OCDE também pode solicitar que seja designado previamente o representante que falará pela delegação para facilitar a organização do evento. É importante estar atento, ainda, a que muitos documentos e propostas de curso de ação estão sendo circulados por e-mail ou nas « comunidades de membros » das diferentes instâncias, muitas vezes com pedidos de pronunciamento por escrito em prazos específicos.

## **Outras organizações internacionais econômicas**

### **AIE “COVID-19 Online Hub”**

A Agência Internacional de Energia criou plataforma específica em seu website dedicada à publicação das mais recentes análises, dados e recomendações de políticas relativas aos impactos da pandemia Covid-19 nos mercados mundiais de energia. A AIE acredita que a “COVID-19 online hub” poderá ser útil aos governos para orientar suas ações em prol da segurança energética e da manutenção da sustentabilidade de seus sistemas de energia durante a crise. Os artigos de autoria do diretor-executivo Fatih Birol e de técnicos da AIE já disponibilizados na plataforma tratam de temas como a indispensabilidade do setor elétrico à luz das políticas de confinamento, a conveniência de incluir energias limpas nos pacotes de estímulo em reação à crise econômica decorrente da pandemia e o mercado mundial de petróleo. Dentre os itens mais aguardados, será divulgado, no próximo dia 15/4, o relatório mensal “OMR – Oil Market Report”, que deverá analisar os principais impactos decorrentes da queda expressiva do preço internacional do petróleo no último mês, bem como cenários e perspectivas de longo prazo.

Acesse [aqui](#) a plataforma.



## COVID-19 e saúde animal

Em sua [página eletrônica](#), a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) tem compilado as informações disponíveis sobre a susceptibilidade de animais domésticos, de estimação e silvestres ao contágio e à propagação da COVID-19. A OIE também tem buscado divulgar orientações sobre boas práticas a serem seguidas pelos serviços veterinários no contexto da crise, tanto no que se refere a saúde animal propriamente dita, mas igualmente em apoio aos sistemas de saúde nacionais. Embora ainda não existam evidências sólidas sobre os vetores de transmissão da doença envolvendo animais, a OIV incluiu o COVID-19 na lista de doenças emergentes de notificação obrigatória, recomendando adoção de medidas de isolamento.

## GAFI

Durante reunião plenária realizada, em 19-21/2, o alemão Marcus Pleyer, atual vice-presidente do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI), foi eleito novo presidente do organismo para o biênio 2020-2022, com início do mandato a partir de julho próximo. Pleyer contou com apoio unânime dos países membros, que acolheram seu nome após desistência do candidato japonês. Conforme acordado na reunião de outubro, a agenda da reunião incluiu ponto específico sobre o Brasil. A delegação brasileira apresentou, na ocasião, o resultado da decisão do STF sobre o COAF, que confirmou tese em favor da constitucionalidade do compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira do órgão com autoridades investigadoras, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial, mas com a necessidade de resguardar o sigilo das informações e de uso de canais formais de comunicações para compartilhamento. Com esses esclarecimentos adicionais, ficou evidenciado o alinhamento das normas e práticas brasileiras com os standards do GAFI em matéria de combate à lavagem de dinheiro e financiamento de terrorismo.

## Clube de Paris

O Clube de Paris, que reúne a maioria dos grandes credores oficiais, aprovou no dia 31/3 a reestruturação da dívida da Somália. O Brasil, que não detém dívida somali, mas é membro do Clube, participou das negociações, realizadas por videoconferência. A reestruturação da dívida da Somália é uma das últimas aplicações da Iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), que viabiliza acesso ao sistema financeiro internacional em reconhecimento de reformas econômicas e sociais e mediante compromisso de combate à pobreza. Confira [aqui](#) nota divulgada à imprensa.

## Reuniões virtuais em abril

7	Trade Committee
7 a 8	Joint meeting of WP6 Focus Group and WP1
8	Working Party on Renewable Energy Technologies
14	Covid-19 Session of the Network on Fiscal Relations across Levels of Government
15	Special Committee for Agriculture Session on COVID-19
16	NER webinar on sector regulation during the COVID-19 crisis
16 a 17	WP1 and MAP Forum
20	Working Party on Urban Policy
20	Working Party on Rural Policy
20 a 23	WP1 and WP6 meeting
21	Working Party on Territorial Indicators
22	Global Science Forum
22	Regional Development Policy Committee
23	Education Policy Committee
23	Meeting of the Council of the Working Party on Shipbuilding
23	Committee on Digital Economic Policy
24	Public Governance Committee
28 a 30	Environment Policy Committee
28 a 30	Committee for Agriculture



@CarlosCozendey

**Delegado do Brasil junto a Organizações  
Econômicas Internacionais em Paris**  
Ambassade du Brésil à Paris  
34 Cours Albert 1<sup>er</sup> 75008 Paris, France  
+33 01 45 61 63 00  
[delparis@itamaraty.gov.br](mailto:delparis@itamaraty.gov.br)